

EDITORIAL

A contrapartida do desenvolvimento de um domínio de conhecimento está no empenho dialógico-reflexivo dos seus agentes de levar à condição do pensado, mediante o debate continuado, tanto os princípios teórico-analíticos quanto às ferramentas mobilizadas na cognição dos seus objetos. No que toca às ciências sociais, levar a cabo empreendimentos assim porta, sabemos, o seguinte: a centralidade ocupada, entre nós, das disciplinas sócio-antropológicas, pela compreensão do tema do valor e das valorações no plano da produção e dos usos do conhecimento científico. Jeffrey Alexander (1999, p. 35), por exemplo, aposta que, nas ciências sociais, as considerações gerais e não empíricas desempenham papel crucial na formulação do conhecimento produzido. Entende ele, calcado em Thomas Kuhn e Habermas, estarem as atividades científicas obedientes aos modos de percepção prevalentes em determinada comunidade científica, durante um período igualmente específico. Essas atividades seriam galvanizadas por aquilo definido como problema à luz de “paradigmas” ou “consensos” discursivamente obtidos, mas que orientam os fazeres dos pesquisadores. Logo, apenas no instante em que ocorrem dissensos a respeito dos postulados básicos, ganham primazia os debates sobre a filosofia da ciência e as discussões acerca dos fundamentos desta. Ora, nas ciências naturais, as dimensões não empíricas permaneceriam encobertas, já que apenas os agentes fariam uso dos dados empíricos e das teorias exclusivamente voltadas para essa base empírica de observação. Procedimento este cujo princípio afasta o mais atual do referencial fornecido pelos clássicos, se tivermos em mente que perceber os últimos é reconhecer o “*status* esclarecedor” gozado pelos textos canônicos, em equilíbrio de relevância com as teorias recentes. Na contramão, nas ciências empíricas são priorizados os modelos, quer dizer, “exemplos concretos de trabalhos empíricos bem-sucedidos”.

Se em ambos os domínios do saber científico são comuns aspectos não empíricos e estes compõem propriedades da socialização do pesquisador mediante o aprendizado que os habilita à pesquisa, nas ciências sociais se manifesta grau acentuado de discordância que dinamiza essas disciplinas. Isto parece fazer com que os fundamentos nelas sejam permanentemente acionados, o que tornaria improvável um consenso sobre a “natureza exata do conhecimento empírico”, além de deixar em dúvida a inviolabilidade de leis explicativas. A questão em torno da verdade, proporcionada pelas ciências humanas, então, se estende para além do plano empírico, incidindo sobre os tantos planos que a compreendem. Deste modo, voltando a Alexander, as ciências sociais se definem tanto por serem um “campo discursivo” quanto por buscarem um consenso racionalmente fundado. A respeito do primeiro aspecto, o autor recorre à assertiva de Michel Foucault segundo a qual a natureza discursiva das práticas intelectuais, científicas e políticas está na contrapartida de serem elementos ativos no sentido de mascarar sua contingência empírica, para isto lançando mão do apelo metafísico, ainda que de fato estejam modelados por e em uma historicidade. Ao mesmo tempo, Alexander assinala não deterem as ciências sociais, enquanto discursos, o mesmo grau de homogeneidade evocado por Foucault. Ele atribui tal característica ao fato de essas ciências serem discursos à procura da verdade, o que as levaria ao constante ingresso em um estágio reflexivo “sobre como a verdade pode ser alcançada e o que vem ser essa verdade” (Alexander, 1999, p. 39).

Justamente o número que encerra o volume 24 da revista *Sociedade e Estado* é composto por trabalhos que, de uma maneira ou de outra, constituem um discurso dialógico-reflexivo acerca das plataformas doutrinárias e valorativas que informam os mecanismos mobilizados nas atividades analíticas e interpretativas realizadas a respeito de distintos temas.

O tom dessa discussão é dado pelo dossiê *Representações sociais: ampliando horizontes disciplinares*. A coordenação da

professora Maria Stela Grossi Porto, do Departamento de Sociologia da UnB, primou em reunir seis artigos que permitem esclarecer a contribuição das representações sociais como um recurso teórico-metodológico à realização de pesquisas no campo socioantropológico. Sobretudo, sublinhando as potencialidades, mas também os dilemas enfrentados quando se trata de realizar percursos inter, multi e transdisciplinares, os textos assinados respectivamente por Serge Moscovici, Denise Jodelet, Irllys Barreira, Ângela Almeida, Ângela Arruda e pela própria professora Maria Stela abordam faces distintas de relações, processos e estruturas sociais a partir dos efeitos cognitivos e interpretativos obtidos com a antecedência analítica de tal lente.

No artigo que abre o dossiê, “Os ciganos entre a perseguição e a emancipação”, Serge Moscovici pôs-se a tarefa de refletir como os esteriótipos não consistem em julgamentos que melindram a razão; antes, diriam respeito ao modo mesmo como as teorias do senso comum sobre a natureza humana se propagam intergeracionalmente. Atendo-se à experiência histórica dos ciganos, o autor recorre às idéias de ancoragem e objetivação para refletir como a disjunção entre “minorias” e “maiorias” se calca em um conjunto figurativo secularmente gerado e transmitido por meio de representações sociais.

Em “O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais”, Denise Jodelet vasculha a abertura do campo de estudo das representações coletivas e sociais, para registrar que a construção teórica desses objetos e o estudo empírico dos fenômenos que lhes correspondem não deixam de levantar uma interrogação; esta se volta para a relação das representações coletivas com as representações individuais e sobre o estatuto concedido ao sujeito enunciador e produtor das representações, seja ele individual ou social. Para a autora, esta questão se encontra expressa, explicitamente ou não, na maneira como a noção de

representação social ou coletiva foi elaborada ao longo do tempo tanto pelo precursor, Durkheim (1895), e pelo iniciador, Moscovici (1961 e 1975), deste campo de investigação, como pelos diversos autores atuais e os trabalhos que desenvolveram.

Por sua vez, no artigo “Abordagem societal das representações sociais”, Angela Maria de Oliveira Almeida, do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB), apresenta as principais contribuições de Willem Doise para o tema dos Dossiê. Nesta direção, são examinados: a Teoria das Representações Sociais como a grande teoria; a criação do Laboratório de Psicologia Social Experimental na Universidade de Genebra; os estudos experimentais sobre o desenvolvimento social da inteligência; os estudos experimentais das representações sociais; os quatro níveis de análise em psicologia social; as relações grupais; o paradigma das três fases; a pesquisa sobre os Direitos Humanos. Todas estas contribuições alinhavadas pela Teoria das Representações Sociais.

Angela Arruda, professora do Departamento de Psicologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em “Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos”, volta-se para a relação da teoria psicossocial das representações sociais de Serge Moscovici com as ciências sociais, a partir da sua caracterização como uma abordagem de interpenetração da Psicologia com a Sociologia.

O artigo “Representações sobre a política entre lideranças populares: limites e potencialidades de uma ferramenta conceitual”, assinado por Irllys Alencar F. Barreira, professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo por base uma enquete realizada entre moradores da periferia de Fortaleza, aliada à técnica de experiência etnográfica, verifica as representações como exemplo de categorias nativas, inseridas em um contexto de significados culturais. Com base na investigação realizada, a autora atenta para as potencialidades e limites das representações enquanto

ferramenta conceitual, verificando como os informantes pensam as questões da política e da moral associadas aos temas da justiça e das desigualdades sociais.

No texto de Maria Stela Grossi Porto – *Brasília, uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência* –, a tônica analítica depositada nas representações sociais destaca sua importância teórico-metodológica como estratégia de conhecimento do social. Considerando a temática da qual se ocupa, o artigo explicita a pertinência da Teoria das Representações Sociais como possibilidade de análise do fenômeno da violência contemporânea, assumindo ser impossível compreendê-lo sem se interrogar sobre sentidos, valores e crenças que estruturam e presidem a vida social. Tendo o Distrito Federal por universo empírico para análise, aponta-se a pertinência de inserir a temática das representações sociais e de seus conteúdos no horizonte das preocupações dos formuladores de políticas públicas para a área de segurança..

Permanece, na continuidade deste número da Revista, a preocupação com o balanço das condições de cognição dos fatos sociais pelas ciências sociais, em seus envolvimento inter, multi e transdisciplinar.

No artigo “Diferentes enfoques sobre o controle e a autonomia da atividade tecnológica no capitalismo atual”, Thales Novaes de Andrade, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), discute o tema da autonomia e do controle externo exercido sobre os técnicos no mundo contemporâneo. Parte o autor da percepção de que essa questão tem sido capaz de mobilizar autores de enfoques teóricos e disciplinares diferentes. Deste modo, sublinha-se a atenção da Sociologia do Trabalho, desde Marx, para a “crise do gesto técnico” à medida que é “atrelada à complexificação dos sistemas produtivos”. Por sua vez, ainda de acordo com o autor, a Economia da Inovação aponta o dilema interno na esfera dos técnicos, porque seus agentes

têm de se submeter aos parâmetros organizacionais vinculados às prerrogativas produtivistas do sistema econômico. Avança, ainda, sobre os argumentos da Sociologia da Ciência em suas reflexões a respeito das transformações do campo científico e os desafios que técnicos e *experts* enfrentam na busca de autonomização de suas práticas de atuação. Finalmente, foca no debate os filósofos das técnicas, indicando uma ampliação do sistema tecnológico misturada com a crise do gesto técnico.

Por fim, Carlos Vasconcelos Rocha, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), busca desenvolver, em “Democracia em duas dimensões: cultura e instituições”, algumas observações sobre a relação entre a literatura que trata da configuração das instituições democráticas, em décadas recentes, e o conjunto de trabalhos que abordam as características da cultura política dos espaços urbanos. Argumenta o autor sobre a importância de fomentar o diálogo entre as perspectivas teóricas culturalista e institucionalista, contornando a tendência em manter uma e outra perspectiva em terrenos paralelos, mutuamente isoladas.

Edson Farias
Maria Eloísa Martins
Editores

Referência bibliográfica

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 23-89.